

DEZEMBRO, 2025



Parlamento Aberto

Cozinhando Juntos: Metodologia de Coprodução Legislativa



Realização



Apoio:



DO QUE SE TRATA ESTE GUIA

O Projeto de Pesquisa Aplicada **“Coprodução do conhecimento em governo aberto e transparência: construção de metodologia com os poderes legislativos catarinenses”**, também chamado “Parlamento Aberto: inovação e colaboração nas Câmaras de Vereadores catarinenses”, é realizado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc Esag), por meio do Grupo de Pesquisa Politeia, e pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), por meio da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira. O projeto conta com a participação da organização da sociedade civil Act4Delivery e do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE-SC) e da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan-SC). Participam ainda como parceiros a Associação de Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu (Avevi) e a Associação de Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc).

Este documento tem como objetivo principal sistematizar e consolidar a **metodologia desenvolvida durante o projeto**, oferecendo uma visão estruturada dos passos seguidos ao longo do processo. Ele detalha não apenas as etapas inicialmente planejadas, mas também as adaptações realizadas ao longo do caminho, resultado das experiências práticas e da necessidade de ajustar as abordagens diante de contextos reais e dinâmicos.

Pensado especialmente para profissionais com uma abordagem mais prática, que talvez não possuam conhecimento teórico aprofundado, o conteúdo foi elaborado de maneira acessível e em linguagem didática, priorizando orientações que facilitem a implementação direta da metodologia em diferentes cenários.

Neste documento, utilizamos a **metáfora da cozinha** para representar o processo desenvolvido ao longo do projeto. Assim como em uma preparação culinária, partimos de ingredientes diversos — ideias, práticas, ferramentas e olhares — que foram combinados, testados e ajustados conforme avançávamos. A metáfora ajuda a tornar visível o caráter colaborativo e iterativo do trabalho.

BORA COLOCAR A MÃO NA MASSA!!!



TABELA DE CONTEÚDO

1. Como usar este guia.....	04
2. Por que testar uma nova forma de aprender com parlamentares?.....	05
3. O propósito do experimento	06
4. Princípios que guiaram a cozinha	07
5. Não há receita sem cozinheiros	08
6. Onde atuamos e por que isso importa?	10
6.1 O papel das associações regionais	11
7. Ler o contexto político para cocriar	12
7.1 Entrevistar para aprender	13
8. O sabor e o calor da política: desafios da coprodução legislativa.....	14
8.1 O sabor e o calor da política: desafios da coprodução legislativa.....	15
9. As Cinco Trilhas: O que Mantém a Cozinha Viva.....	16
9.1 Distâncias e engajamento em tempos de restrição.....	18
10. Efeitos do período eleitoral.....	19
11. Como escolher o tema.....	20
12. Afunilar o foco e preparar a oficina.....	21
13. Da cozinha à receita: as oficinas.....	22
14. Qual é o produto? Ajustando expectativas sobre o escopo do projeto	23
15. Cozinhar em nova disposição: mudando o jeito de aprender no legislativo.....	24
16. Cozinhar com palavras simples: traduzir para poder fazer junto.....	26
17. Cozinhar com Exemplos: Referências que Inspiram sem Engessar.....	28
18. Ancorando a continuidade.....	29
19. Foco e método.....	31
20. Outros aprendizados da jornada.....	32
21. O ritmo da política define o tempo da cozinha.....	33
22. O papel do Legislativo.....	34
23. Entre o Plano e o Improviso: Gerir como Cozinhar em Fogo Brando.....	35
24. Conclusões: a receita final.....	38
Anexos.....	39
Bibliografia.....	41



1. COMO USAR ESTE GUIA

Use este material como uma mesa de preparo: leia, escolha um ingrediente — ideia, prática ou ferramenta — e adapte-o à sua realidade. Cada parte combina narrativa, exemplos e aprendizados práticos.

PARA ONDE IR?

- Se quiser entender a filosofia do método, comece pelas seções iniciais (p. 5 a 7).
- Se busca compreender o processo, vá para o meio do documento (p. 8 a 23).
- Se procura os aprendizados-chave, consulte as páginas finais (p. 24 a 38).

CONEXÕES ENTRE TEORIA, PRÁTICA E PESQUISA

- Se você quer conhecimento teórico aplicado à prática, procure pelos quadros e páginas amarelas, onde conectamos a literatura com os achados da pesquisa.

CASOS REAIS, DICAS PRÁTICAS E INSPIRAÇÕES

- Se gosta de exemplos concretos e orientações práticas, consulte os quadros e páginas verdes, que reúnem dicas, casos reais e caminhos para aprofundamento.

PARA QUEM APRENDE MELHOR COM IMAGENS E ANALOGIAS

- Se aprecia metáforas, siga o ícone de garfo e faca ao longo do texto — ele indica trechos que conectam o método ao universo culinário.

BUSCANDO A SÍNTSE DOS APRENDIZADOS?

- Encontre o ícone da lâmpada, que marca os pontos fundamentais a levar adiante.

2. POR QUE TESTAR UMA NOVA FORMA DE APRENDER COM PARLAMENTARES?

O problema que acendeu o fogo

O projeto nasceu de uma constatação incômoda: o tecnicismo excessivo na área de parlamento aberto — com sua linguagem carregada de jargões, plataformas e protocolos — dificulta a tradução de princípios em prática cotidiana.

Muitos vereadores e assessores ouvem falar de transparência ativa, participação cidadã ou inovação legislativa, mas não encontram caminhos claros para aplicar esses conceitos, especialmente em municípios pequenos, com tempo e estrutura limitados.

A formação convencional, centrada em palestras e cursos, tende a reforçar essa distância: muita receita de livro, pouco aprendizado de cozinha.

Por isso, em vez de apenas ensinar, decidimos aprender fazendo — testar um método que une escuta, diagnóstico e desenho coletivo de soluções em torno de temas reais.



O que é Parlamento Aberto?

Parlamento aberto é como uma cozinha de portas abertas: a comunidade pode ver, entender e participar do preparo das leis. Não se trata de convidar todos para mexer na panela ao mesmo tempo, mas de mostrar os ingredientes, explicar as escolhas e abrir espaço para contribuir com o tempero.

Em vez de “ensinar transparência”, buscamos experimentar práticas cotidianas que tornem o trabalho legislativo mais compreensível e colaborativo.



3. O PROPÓSITO DO EXPERIMENTO

O objetivo não foi testar uma ferramenta, mas experimentar uma nova forma de construir capacidades de parlamento aberto — ou seja, desenvolver práticas de **transparência, participação e colaboração** voltadas à resolução de problemas concretos, a partir da realidade política local.

Essa abordagem trabalha com o tempo real da política, incluindo seus ritmos, incertezas e limitações. Cada reunião, entrevista e oficina tornou-se um microespaço de aprendizado, um verdadeiro laboratório cívico em que se aprende ao agir.



APRENDER FAZENDO
APRENDER CRIANDO
APRENDER TESTANDO

4. PRINCÍPIOS QUE GUIARAM A COZINHA

“Trabalhar politicamente, aprender publicamente, adaptar coletivamente.”

A cozinha do parlamento aberto seguiu cinco princípios simples, mas poderosos. Esses princípios não são regras rígidas, mas balizas testadas coletivamente pela equipe, pelos parlamentares e pelos parceiros.

💡 O que aprendemos?

Parlamento aberto não começa necessariamente com novas ideias, mas com novos modos de compartilhar o que já se sabe — e aprender enquanto se faz.



5. NÃO HÁ RECEITA SEM COZINHEIROS

O experimento foi conduzido por uma equipe mista composta pela UDESC, ALESC, CGE/SC, SEPLAN, Act4Delivery e pelas associações regionais ACAMOSC e AVEVI. Cada ator trouxe um ingrediente essencial: legitimidade, conhecimento técnico, capacidade de facilitação e articulação territorial.

A equipe não atuou como instrutora, mas como “systems convener” de um processo coletivo, traduzindo o que cada participante sabia e conectando saberes fragmentados.

O que aprendemos?

A composição diversa foi a principal inovação — permitiu unir as linguagens política, acadêmica e prática em torno de um mesmo fogão.

O sucesso depende dos “cozinheiros de ligação”. Entre técnicos, vereadores, universidades e associações, emergiram figuras essenciais — articuladores que traduziam linguagens, ajustavam expectativas e mantinham o fogo aceso entre uma atividade e outra. Essas pontes humanas foram o fermento silencioso da metodologia.

Systems Convening (Wenger-Trayner; Wenger-Trayner, 2021)



Imagine que o objetivo é preparar um banquete perfeito — ou seja, resolver um problema complexo, como melhorar a saúde na cidade.

- Cozinheiros, fornecedores e equipes de serviço: são os diferentes grupos do sistema (médicos, professores, políticos, líderes comunitários, empresários). Cada um domina sua parte (preparar a carne, gerir as bebidas, organizar o atendimento).
- O “sistema” (o banquete): é a experiência completa, que depende da coordenação de todas as partes.
- A “convocação de sistemas” (systems convening): é o papel do Chefe de Cozinha / Mestre de Cerimônias, que, embora não seja o melhor cozinheiro de cada prato, tem uma visão ampla de todo o processo (da horta à mesa).

5. NÃO HÁ RECEITA SEM COZINHEIROS

O que o convocador de sistemas faz nessa cozinha?



- Reúne as partes: convida o especialista em sobremesas (educação), o fornecedor de carne (governo) e a equipe de atendimento (saúde) para uma reunião na cozinha.
- Cria diálogo e elimina a fragmentação: não diz a cada um o que fazer, mas pergunta:
 - Ao fornecedor de carne: quais são seus desafios de entrega?
 - À equipe de atendimento: o que os clientes mais solicitam?
 - Ao cozinheiro: com base nisso, o que podemos ajustar no menu para que o banquete funcione para todos?
- Foca na visão geral: lembra a todos que a meta não é apenas que cada prato seja bom, mas que a experiência do banquete como um todo seja memorável, o que só ocorre se todos aprenderem uns com os outros e ajustarem seu trabalho em função do conjunto.

Em resumo, o convocador de sistemas garante que a comunicação e a aprendizagem fluam entre todas as partes da cozinha, para que o resultado final — o sistema — funcione de forma mais inteligente e eficaz.

6. ONDE ATUAMOS E POR QUE ISSO IMPORTA?

A escolha das duas regiões foi deliberada: queríamos testar se o método resistia a diferentes contextos políticos e institucionais dentro do estado.

Região ACAMOSC

35 Câmaras de Vereadores.

Distribuição por faixas de população:

- Até 3 mil habitantes: 10 municípios (28%)
- 3 a 5 mil habitantes: 10 municípios (28%)
- 5 a 10 mil habitantes: 9 municípios (25%)
- 10 a 20 mil habitantes: 5 municípios (14%)
- Acima de 20 mil habitantes: 2 municípios (5%)

Distância dos parceiros (Chapecó–Florianópolis): 535 km

Região AVEVI

7 Câmaras de Vereadores

Distribuição por faixas de população:

- 3 a 5 mil habitantes: 1 município (14%)
- 10 a 20 mil habitantes: 3 municípios (43%)
- Acima de 20 mil habitantes: 3 municípios (43%)

Distância dos parceiros (Jaraguá do Sul–Florianópolis): 185 km

💡 O que aprendemos?

Os contrastes entre as regiões mostraram que a cocriação precisa ser sensível ao contexto — o mesmo método pode gerar ritmos e resultados diferentes conforme o ambiente.

	ACAMOSC	AVEVI
Articulação institucional	Região mais consolidada em termos de articulação entre câmaras	Diversidade de municípios, incluindo pequenos e médios.
Perfil político	Maior presença de lideranças políticas com histórico de cooperação	Desafios de coordenação e agendas fragmentadas.
Capacidade administrativa e institucional	Capacidade administrativa mais estável	Forte dependência de articulações pessoais e recursos limitados.



6.1 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS

As associações foram o ponto de entrada estratégico para lidar com a fragmentação criada pela lógica dos mandatos individuais.

Elas já possuem redes estabelecidas, infraestrutura de capacitação e experiência organizacional. Além disso, ajudaram a identificar vereadores dispostos a atuar como pontes entre câmaras e promotores da ideia de aprendizado colaborativo. A presença de intermediários locais — ou “articuladores de cozinha” — com legitimidade no território foi decisiva para mobilizar vereadores e traduzir mensagens.

O que aprendemos?

O desafio não era expandir a rede, mas criar vínculos significativos dentro dela, conectando entusiasmo individual a estruturas coletivas frágeis.

Há um trade-off importante:

- Pontos positivos: atuar em nível regional permitiu alcançar municípios onde esse tipo de processo dificilmente chegaria, além de aproveitar infraestrutura administrativa e política que muitas câmaras não possuem. Também possibilitou discutir problemas macro-regionais, geralmente difíceis de resolver por não terem um “dono” claro.
- Pontos desafiadores: essa abordagem tornou mais difícil engajar vereadores, cujo mandato é local e que, muitas vezes, não têm cultura ou prática de atuar além dos limites do próprio município.



7. LER O CONTEXTO POLÍTICO PARA COCRIAR

Antes de começar a cozinhar — e durante o preparo — foi preciso entender quem tinha os ingredientes, quem acendia o fogo e quem lavava a louça.

Essa leitura de contexto envolveu entrevistas, conversas informais, reuniões regionais e análise das relações entre câmaras e associações. O objetivo não era mapear o poder de forma técnica, mas compreender como as dinâmicas locais influenciam a cooperação.

Extra – Ferramentas

Alguns exercícios de “leitura da cozinha política” — como o Mapa de Atores, que chamamos de Quem é quem — foram adaptados e testados como referência. No entanto, o diagnóstico principal ocorreu de forma qualitativa, por meio de escuta ativa e prática conjunta.

Outros exemplos de atividades:

- Mapa de Poder: desenhar círculos para os atores dentro e fora da Câmara; classificar cada um segundo a “capacidade de mobilizar e articular colegas” e a “influência sobre a questão”.
- Análise do Calendário Legislativo: identificar quando debates, ciclos orçamentários ou sessões de comissões abrem janelas de oportunidade para influência.

Quem é quem? Por onde começamos

Antes de entrar em oficinas e ideias, aprendemos que era preciso ler o terreno político — entender quem são os atores, quais incentivos movem cada um e quais espaços de confiança já existem.

Essa leitura não é apenas uma etapa preparatória, mas o início de um processo de aprendizagem contínua.

Mapear é mais do que identificar nomes — é compreender o que faz cada ator se mover, em que direção e com quem.

7.1 ENTREVISTAR PARA APRENDER

As entrevistas com vereadores, técnicos e lideranças regionais foram momentos de escuta política, conduzidos por meio de perguntas abertas.

Em vez de confirmar hipóteses, buscavam compreender como o parlamento aberto é vivido e praticado no cotidiano local.

Um vereador relatou, por exemplo, que em seu município, com menos de 3.000 habitantes, fazer parlamento aberto “é conversar na igreja ou na padaria, não criar plataforma eletrônica”.

A ACAMOSC e a AVEVI reúnem 38 municípios com menos de 20 mil habitantes, que coexistem com centros urbanos maiores. Essa realidade resume o espírito do método: adaptar os princípios de transparência e participação às práticas culturais e sociais existentes.

Como preparação, foi realizado um treinamento para os entrevistadores, com o objetivo de capacitá-los a identificar durante as entrevistas os pontos mais relevantes para o projeto.

O treinamento incluiu orientações sobre o que e como perguntar, além de exercícios práticos entre os entrevistadores. O foco estava em entrevistas relacionais e emergentes, voltadas para compreender mudanças em contextos complexos.

8. O SABOR E O CALOR DA POLÍTICA: DESAFIOS DA COPRODUÇÃO LEGISLATIVA

Cocriar dentro do Legislativo é como cozinhar em fogo alto com a panela cheia. A cozinha parlamentar possui características próprias, que tornam a coprodução mais desafiadora do que em outros contextos públicos.

Cada mandato é um fogão individual: os vereadores têm autonomia, tempos curtos e prioridades próprias. As bancadas competem entre si, os calendários eleitorais mudam o cardápio a cada semestre, e o ritmo das comissões e plenários adiciona calor, ruído e imprevisibilidade.

Além disso, há alta rotatividade de atores — novos vereadores entram, outros saem — e uma multiplicidade de redes, convites e formações competindo pela mesma atenção.

No parlamento, o fogo é coletivo, mas cada um mexe sua panela. A arte está em adaptar metodologias de coprodução testadas em outros contextos ao ambiente legislativo.

Cozinhar com duas lentes: pensar e agir politicamente



A metodologia do projeto precisou ser preparada com duas lentes simultaneamente — como quem cozinha observando tanto a receita quanto o fogo.

- Lente técnica: ajudava a organizar ingredientes, métodos e ferramentas.
- Lente política: lembrava que, no Legislativo, o sabor final depende de quem mexe a panela, quando e por quê.

Em outras palavras, pensar e agir politicamente significou reconhecer que a cozinha da cocriação não é neutra: é feita de diferentes ritmos, interesses e poderes que se misturam no mesmo caldo.

Para manter o processo vivo e legítimo, foi preciso ajustar o tempero conforme o contexto, sem perder de vista o propósito comum.

8.1 O SABOR E O CALOR DA POLÍTICA: DESAFIOS DA COPRODUÇÃO LEGISLATIVA

Nem todo mundo cozinha o tempo todo — e tudo bem assim.



Nas comunidades de prática, participar não é a atividade principal da maioria dos membros. Vereadores, assessores e servidores têm suas próprias rotinas, prazos e prioridades.

Por isso, é natural que o engajamento aconteça em diferentes níveis de intensidade, como em uma cozinha com vários turnos:

- Núcleo principal: pequenos grupos que mexem o caldo e mantêm o fogo aceso;
- Camada intermediária: pessoas que ajudam quando podem — trazem ingredientes, provam o tempero, sugerem ajustes;
- Círculo mais amplo: observadores que acompanham à distância, aprendendo e se preparando para entrar na cozinha quando for o momento certo.

Essas diferenças não são um problema, desde que reflitam interesse e disponibilidade, e não barreiras estruturais, como hierarquia, distância ou linguagem.

A sustentabilidade do processo depende menos de ter todos cozinhando o tempo todo e mais de garantir que sempre haja alguém cuidando do fogo.

💡 O que aprendemos?

Manter a comunidade viva é aceitar diferentes ritmos de engajamento e respeitar a realidade das pessoas que a compõem.



Fonte: AKKOC, H. Sociocultural Approach to Learning to teach with Technology: reflections on pre-service teachers' field experiences. *Research Association for Interdisciplinary Studies*, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.2651191

9. AS CINCO TRILHAS: O QUE MANTÉM A COZINHA VIVA

Durante o processo, percebemos que nenhum prato sai com um único cozinheiro.

Planejar e executar a cocriação exigiu equilibrar cinco “trilhas”, que funcionaram como bancadas complementares da cozinha legislativa: Ao longo do processo, ficou claro que todas as trilhas precisavam estar ativas. Quando uma delas se fragilizava — por exemplo, quando a logística travava — o processo inteiro perdia sabor.

A cozinha legislativa é interdependente:

- Técnica sem política vira relatório;
- Política sem técnica vira retórica.

O que aprendemos?

A cocriação só se sustenta quando o caldo é bem mexido — ou seja, quando técnica, política, logística, inspiração e facilitação trabalham juntas no mesmo fogo.



Trilha da Logística → “Mise en place”



Trilha Técnica → “Utensílios e técnicas da cozinha”



Trilha Política → “O tempero local”

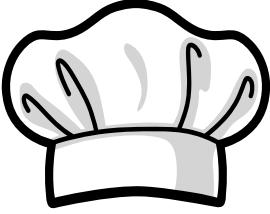


Trilha da Inspiração → “Toque de chef”



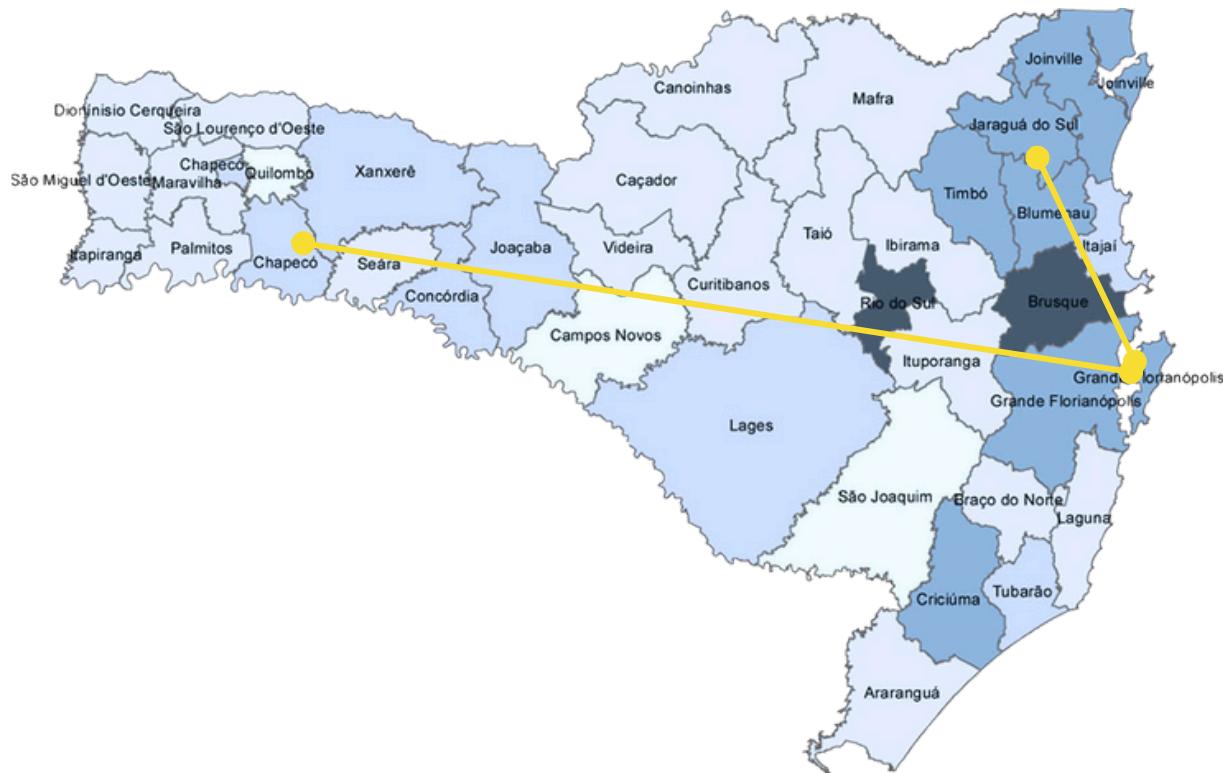
Trilha da Facilitação → “O fogo baixo”

9. AS CINCO TRILHAS: O QUE MANTÉM A COZINHA VIVA

Trilha	O que fazia	Por que foi essencial	Aprendizado
	Garantia de transporte, convites, locais, horários.	Criava as condições para que o processo acontecesse de fato.	<i>Sem forno, não há bolo – cuidar da forma é cuidar do vínculo.</i>
	Reunião de dados, sínteses e insumos temáticos.	Dava densidade ao diálogo político, sem sobrecarregar.	<i>Traduzir é mais valioso do que impressionar com jargão.</i>
	Leitura de contexto, alinhamento de expectativas e gestão de tensões.	Protegia o processo e criava legitimidade.	<i>A política é o meio, não o ruído.</i>
	Trazer exemplos, metáforas e histórias que reacendem o senso de possibilidade.	Mantinha o engajamento mesmo quando o cansaço aparecia.	<i>Ideias externas funcionam como fermento – pequenas, mas potentes.</i>
	Condução equilibrada e síntese dos aprendizados.	Garantia ritmo, escuta e segurança psicológica.	<i>Facilitar é criar espaço para que todos cozinhem sem medo de errar.</i>



9.1 DISTÂNCIAS E ENGAJAMENTO EM TEMPOS DE RESTRIÇÃO



As longas distâncias e os recursos limitados obrigaram a equipe a revisar todo o modelo de engajamento: decidir quando os encontros seriam presenciais ou virtuais e como garantir continuidade entre as atividades.

A estratégia variou entre as regiões: o que funcionou na AVEVI — com maior proximidade, mais tempo e recursos — não era viável na ACAMOSC, exigindo adaptações contínuas.

💡 O que aprendemos?

Navegar pelas trilhas exige ajustar o modo de preparo às condições do dia — considerando tempo, ingredientes e energia disponível.

10. EFEITOS DO PERÍODO ELEITORAL

O período eleitoral, atravessando o meio do projeto, obrigou a equipe a suspender atividades e interromper o contato com os atores. A dinâmica mudou: muitos, absorvidos pela campanha, se afastaram do processo; e, ao final, os parlamentos municipais já não eram os mesmos — alguns vereadores saíram, novos entraram, e redes de relação inteiras foram reorganizadas.

Esse impacto atingiu principalmente a fase da AVEVI, mas foi suficiente para adiar oficinas e exigir que a equipe criasse ações específicas de manutenção do vínculo com os atores, evitando uma ruptura completa.

O que aprendemos?

Em períodos de paralisação previsíveis (como eleições), é como cozinhar em uma cozinha onde parte dos ingredientes some temporariamente e outros chegam apenas no final. É preciso:

- ajustar o fogo;
- reduzir o ritmo;
- manter a panela no ponto, sem deixar queimar.

E, quando novos ingredientes entram na bancada — como a renovação de vereadores — é necessário reavaliar o tempero e recomeçar algumas etapas, garantindo que o prato final mantenha sabor e consistência.

11. COMO ESCOLHER O TEMA

Definir o tema foi como montar o carrinho de mercado: decidir o que realmente podemos comprar, cozinhar e servir dentro do tempo e dos recursos disponíveis.

O grupo combinou critérios técnicos, políticos e pragmáticos para orientar essa escolha. Mais do que encontrar “o tema certo”, o objetivo era identificar um ponto de entrada viável e simbólico — algo que pudesse ser trabalhado coletivamente, sem gerar desgaste político precoce.

Focar em um único problema foi essencial. Toda a didática e cada ação subsequente se apoiavam nessa decisão: o tema central funcionava como o prato principal, dando coerência ao restante do cardápio.

Mas a escolha estava longe de ser simples. Havia o risco de os vereadores priorizarem temas pouco relevantes ou inviáveis dentro do escopo do projeto. Por isso, foram construídos critérios claros de seleção, que ajudaram a equilibrar entusiasmo e realismo.

Além disso, havia um dilema político mais profundo: a seleção de um tema poderia reforçar assimetrias de poder ou comprometer a capacidade de trabalho suprapartidário. Em outras palavras, definir o foco não era apenas uma questão técnica — era também uma negociação política, que exigia escuta, cuidado e senso de oportunidade.

A Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) é uma metodologia que inverte o modelo tradicional de ensino: em vez de receber conteúdo de forma passiva, os participantes — geralmente organizados em grupos — assumem o papel de protagonistas. Eles são desafiados a resolver um problema autêntico do mundo real.

Nesse modelo, o professor ou instrutor atua como guia, enquanto os participantes trabalham para identificar o que precisam aprender e como aplicar esse conhecimento na prática.

No caso da ACAMOSC, os critérios utilizados para a seleção do problema foram:

- Atuação do Legislativo municipal.
- Viabilidade de desenvolver um projeto piloto.
- Regionalidade.
- Relevância no dia a dia do vereador.
- Estratégias de parlamento aberto.

12. AFUNILAR O FOCO E PREPARAR A OFICINA

Depois de mapear o contexto e ouvir diferentes vozes, o grupo precisou afinar o fogo — escolher quais temas poderiam realmente ser “cozinhados” nas oficinas curtas. Esse momento exigiu renúncia estratégica: deixar de lado o banquete de ideias e concentrar a energia no prato principal.

O afunilamento não aconteceu de uma vez só. Foi um processo sequencial e iterativo, no qual o grupo testava combinações, ajustava ingredientes e observava o que fazia sentido político e prático. Essa priorização gradual permitiu chegar a um tema relevante, viável e proporcional ao tempo e aos recursos do projeto.

Não existe uma receita única para esse processo. Afunilar o foco depende de múltiplos fatores: disponibilidade dos atores, janelas políticas, ritmo das agendas locais e escolhas técnicas. A equipe precisou ajustar continuamente o ponto de cozimento, equilibrando realismo e ambição, para garantir que o prato pudesse ser servido no tempo certo.

💡 O que aprendemos?

- Afunilar é coordenar politicamente — decidir o que entra e o que fica de fora define o sabor do processo.
- Esse momento revelou um risco constante da cocriação: quando tudo é construído junto, é fácil perder o fio da narrativa. Foi necessário reforçar o papel da facilitação como guardiã do propósito, garantindo coerência e direção sem apagar a diversidade de vozes.
- Afunilar o foco é como controlar o fogo — nem alto demais para queimar o processo, nem baixo demais para esfriar o engajamento.



13. DA COZINHA À RECEITA: AS OFICINAS

As oficinas foram o momento de cozinhar juntos — espaços de criação e aprendizado coletivo.

O foco não era produzir leis ou planos, mas exercitar a capacidade de pensar, testar e adaptar coletivamente.

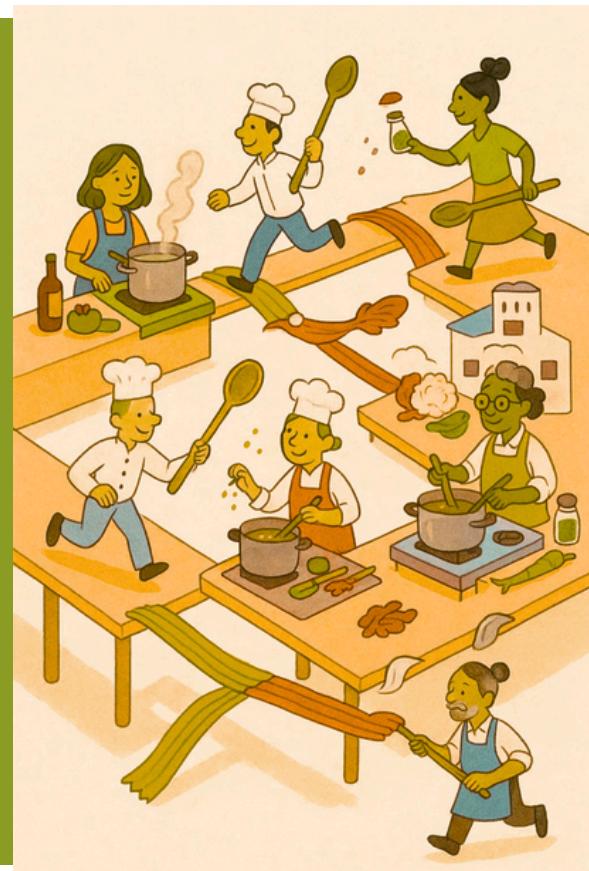
Cada encontro tinha duração curta, ênfase em experimentação de diferentes metodologias de capacitação e meta clara: trazer novas perspectivas para semear possibilidades de soluções que nenhum ator poderia ter imaginado sozinho. Às vezes, a discussão parecia focar em um ponto específico; em outras, surgiam ideias completamente novas, aprimoradas pelos diversos pontos de vista e realidades presentes na sala.

💡 O que aprendemos?

O valor da oficina estava menos nos produtos finais e mais na experiência de pensar juntos — compreender como fortalecer o processo legislativo.

A partir desse momento, começamos a ouvir os vereadores utilizando o termo “vereador articulador” no plenário. Para nós, isso indica que estamos atingindo nosso objetivo.

— Laura Josani, Gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção



14. QUAL É O PRODUTO? AJUSTANDO EXPECTATIVAS SOBRE O ESCOPO DO PROJETO

Muitos processos de coprodução de políticas incluem fases robustas, como:

- **Ferramentas de Codiagnóstico:** Orientações passo a passo para construir uma compreensão coletiva do problema, ultrapassando linhas partidárias.
- **Codesign de Soluções/Protótipos:** Ideias de políticas públicas co-projetadas com parlamentares, rápidas e viáveis.
- **Caminhos de Prototipagem e Teste:** Mini-pilotos para testar ideias antes de serem formalizadas em lei ou orçamento.
- **Ciclos de Reflexão e Aprendizagem:** Registro do que funcionou (e não funcionou), institucionalizando o aprendizado para escritórios legislativos.

Nosso projeto, por *design*, não tinha orçamento ou tempo para cobrir todas essas fases. Por isso, dimensionamos o escopo à realidade, focando em uma abordagem alternativa: entregar um roadmap ou insights estratégicos, em vez de um produto final completo, como TDR ou implementação.

Comunicar essa diferença ao público foi um desafio, já que nem sempre o “produto” era evidente. Uma metáfora ajudou a tornar a ideia mais concreta:

Nosso projeto não produziria o bolo ou a sopa prontos. Em vez disso, ajudamos a identificar quais “dores” poderiam ser atendidas, se um bolo ou uma sopa seria a melhor solução, e entregamos a lista de ingredientes — se não a receita completa — para que os “cozinheiros” pudessem continuar a jornada após o fim do projeto.

O que aprendemos?

Nem toda entrega é material — às vezes, o legado está no novo vocabulário e imaginário político criado ao longo do processo.

15. COZINHAR EM NOVA DISPOSIÇÃO: MUDANDO O JEITO DE APRENDER NO LEGISLATIVO

Trazer metodologias participativas para o Legislativo foi como tentar reorganizar a cozinha no meio do almoço. Vereadores e assessores estão acostumados com formações tradicionais: palestra, especialista no púlpito, público ouvindo.

Nosso método propôs o oposto: levantar da cadeira, mexer, experimentar e aprender fazendo.

Usamos ferramentas comuns em processos de inovação — mesas em grupo, post-its coloridos, quadros de sistematização, votação por Mentimeter, trocas rápidas de exemplos entre pares — mas que ainda soam estranhas em ambientes legislativos, acostumados à solenidade, tempo limitado e dinâmicas hierárquicas.

Muitas vezes, o primeiro desafio foi mudar a disposição da sala: empurrar mesas, abrir espaço, circular entre fileiras de cadeiras fixas de auditório. E isso nem sempre foi possível.



Ninguém aprende a cozinar ouvindo palestra sobre sabor. É preciso sentir o cheiro, provar, errar o ponto e tentar de novo.

O formato participativo que propusemos — oficinas curtas, troca de experiências e momentos de síntese coletiva — foi tão desafiador quanto libertador. Exigiu paciência da equipe, firmeza gentil da facilitação e disposição dos participantes para sair do script.

15. COZINHAR EM NOVA DISPOSIÇÃO: MUDANDO O JEITO DE APRENDER NO LEGISLATIVO

Mas, aos poucos, a dinâmica começou a fazer sentido: quando os vereadores viram que suas ideias eram coladas na parede ou que podiam votar anonimamente sobre prioridades, perceberam que o método também é mensagem — abrir espaço para colaboração é, em si, uma forma de praticar o parlamento aberto.

💡 O que aprendemos?

Inovar na forma de aprender é tão político quanto inovar no conteúdo. A cozinha da cocriação não começa com novos ingredientes, mas com nova disposição das mesas.



16. COZINHAR COM PALAVRAS SIMPLES: TRADUZIR PARA PODER FAZER JUNTO

Em uma das regiões, começamos falando em “parlamento aberto” — um termo cheio de boas intenções, mas difícil de digerir fora dos ambientes técnicos. Para muitos vereadores, a expressão soava distante, quase estrangeira. Logo percebemos que a linguagem podia ser um ingrediente que separa, em vez de unir.

Tentamos outra receita: falar do vereador articulador — alguém que costura pontes, conecta demandas e ajuda governo e sociedade a se entenderem. A ideia aproximava mais da prática, mas ainda precisava de tempero. Faltavam imagens e exemplos que tirassem o conceito do papel e o levassem para o cotidiano político real. Foi então que decidimos cozinhar o vocabulário junto com os participantes. Em vez de definir termos, passamos a perguntar: “O que isso significa aqui?”

As respostas vieram em histórias vivas: vereadores que mediavam conflitos, que criavam espaços de escuta, que acompanhavam a execução de políticas com olhar crítico e empático.

Reunimos esses relatos e os transformamos em quadrinhos curtos — narrativas simples, com humor, mostrando como o parlamento aberto aparece na prática, sem precisar de jargão.



Quando o nome do prato é complicado, ninguém se arrisca a provar. Traduzir a linguagem é como simplificar a receita: manter o sabor, tirar o excesso de tempero técnico e permitir que todos possam experimentar — e replicar — em casa.

O que aprendemos?

A linguagem não é apenas meio de comunicação — é parte da prática política. Cocriar também é cozinhar o vocabulário, até que cada palavra caiba na boca de quem realmente faz o trabalho.

16. COZINHAR COM PALAVRAS SIMPLES: TRADUZIR PARA PODER FAZER JUNTO

Cozinheiros em suas próprias palavras: dinâmica realizada com os vereadores, usando a ferramenta Mentimeter, para entender o que eles entendiam como “vereador articulador”.



17. COZINHAR COM EXEMPLOS: REFERÊNCIAS QUE INSPIRAM SEM ENGESSAR

Trazer exemplos de outros lugares foi um ingrediente importante do processo. Eles ajudaram a acender o fogo da imaginação, mostrando que inovar dentro do Legislativo é possível — e que outras câmaras municipais já estavam testando novos temperos para velhos desafios.

Mas exemplo não é receita. E nem sempre é fácil sinalizar isso. Ele funciona melhor como inspiração do que como modelo a ser copiado. Usamos os exemplos para abrir o apetite: mostrar que algo era possível, que certas combinações de ingredientes já haviam dado certo em outros lugares.

Mas, antes de replicar, era preciso provar o contexto local — perguntar se o sabor combinava com as condições de cada território. Essa reflexão foi essencial em Santa Catarina. Nas cidades médias, com estrutura administrativa e técnica, certas práticas pareciam viáveis — como monitorar políticas públicas com apoio de dados. Já nas câmaras pequenas, onde o suporte institucional é limitado ou inexistente, o desafio era outro: como adaptar a receita ao que há na despensa.



Um bom cozinheiro sabe que nem todo prato dá certo em qualquer cozinha. É preciso ajustar o fogo, trocar ingredientes e reinventar o modo de preparo conforme os utensílios e o tempo disponível.

O segredo está em usar o exemplo como inspiração, não como imposição.

💡 O que aprendemos?

Exemplos funcionam como temperos — realçam possibilidades e evitam reinventar a roda, mas só fortalecem o processo quando são provados e adaptados ao paladar local.

18. ANCORANDO A CONTINUIDADE

Quando a refeição termina, o aprendizado começa: como manter o fogo aceso para o próximo turno de cozinheiros?

Como garantir que os ingredientes, os utensílios e o sabor conquistado não se percam quando o projeto se encerra?

O objetivo aqui não foi criar uma nova cozinha — nem um novo programa —, mas incorporar novas rotinas e relações aos processos legislativos já existentes. A sustentabilidade foi pensada como uma infraestrutura leve, feita de pequenos gestos, vínculos e práticas que podem continuar mesmo com mudanças de mandato ou de equipe. Essa preocupação com a continuidade não surgiu apenas no final: acompanhou o processo desde o início, orientando escolhas, formatos e papéis.

Planejar a perenidade desde o preparo — e não só na hora de servir — permitiu que parte das práticas fosse absorvida pelas próprias estruturas das câmaras e associações regionais.

O que aprendemos?

Sustentar o aprendizado é como deixar o caldo-base pronto antes de apagar o fogo. Ele serve de base para novas receitas, mesmo quando mudam os cozinheiros.

Às vezes, sustentabilidade é reaproveitar o que já existe. Em vez de criar novos programas, buscamos incorporar as práticas de co-criação às rotinas já instaladas. Foi como reaproveitar sobras: usar estruturas e relações disponíveis para manter o processo vivo, mesmo com poucos recursos.

O investimento em capacitação de indivíduos no Legislativo traz um desafio adicional: a alta rotatividade dos vereadores implica refazer o mesmo investimento várias vezes. É praticamente uma nova formação a cada quatro anos — um rendimento cíclico.

É a democracia funcionando. Por exemplo, na região da ACAMOSC, o Legislativo teve 67% de renovação em 2024. Dos 307 vereadores que compõem a entidade, 207 foram eleitos para um primeiro mandato.

18. ANCORANDO A CONTINUIDADE

Secretaria Municipal de Educação de Guaramirim participará da etapa piloto do novo módulo de Educação Infantil do Programa MEC Gestão Presente!

O projeto demonstrou capacidade de catalisar a articulação entre municípios e o governo federal, resultando na inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Guaramirim como um dos municípios participantes da etapa piloto do novo módulo de Educação Infantil do Programa MEC Gestão Presente.

A parceria entre Guaramirim e o MEC tornou-se uma âncora para a continuidade do trabalho regional — um avanço que só foi possível graças às conexões construídas ao longo do processo, ainda que esse não fosse o resultado inicialmente previsto.

Embora essa âncora não seja, à primeira vista, a mais típica em uma iniciativa conduzida pelo Legislativo, ela se mostrou particularmente valiosa em um contexto de alta rotatividade de vereadores, oferecendo estabilidade e direção para o trabalho conjunto.



19. FOCO E MÉTODO

Em vez de estruturar um programa formal, buscamos identificar alavancas de continuidade dentro do que já existia — como secretarias, comissões permanentes, unidades técnicas e redes regionais. Esses espaços funcionam como panelas que já estão no fogo: basta aproveitar o calor institucional disponível para continuar cozinhando coletivamente.

O método combinou conversas estratégicas, mapeamento de atores-chave e acordos práticos, de baixo custo e alta relevância. Essa abordagem buscava garantir que a transição não dependesse apenas dos tempos do projeto, mas também de rotinas já incorporadas e de relacionamentos consolidados.

💡 O que aprendemos?

A sustentabilidade não se decreta — cozinha-se aos poucos, misturando rotina, relação e propósito até que o sabor do processo passe a fazer parte da casa.

Perguntas-âncora

Para identificar onde a chama pode continuar acesa, a equipe utilizou três perguntas simples:

1. Quais recursos ou parcerias mínimas podem manter partes do processo vivas após o término do projeto?
2. Quais atores ou canais existentes — como uma secretaria, comitê ou unidade técnica — poderiam assumir o processo ou partes dele?
3. Como garantir que esses atores-chave estejam engajados desde já, para que o fogo não dependa de um único cozinheiro?





20. OUTROS APRENDIZADOS DA JORNADA

Os aprendizados surgiram em cada tentativa, erro e ajuste.

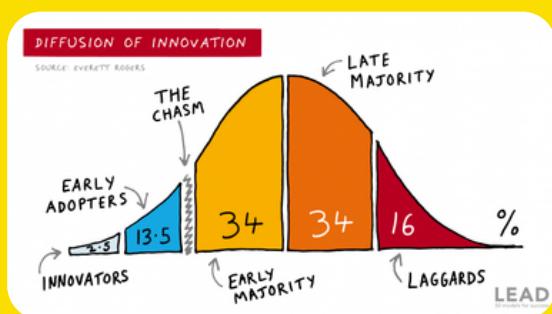
Gestão da aprendizagem

O registro sistemático foi um desafio — e justamente por isso revelou um ponto cego importante: a barreira de entrada para novas formas de capacitação legislativa ainda é muito alta.

Incerteza, falta de familiaridade e excesso de tecnicismo dificultam a compreensão e a adesão. Além disso, os horizontes temporais curtos e a hiperespecialização nos poucos temas prioritários de um mandato criam barreiras reais, mesmo entre parceiros interessados. Os Early Adopters (Rogers, 1962) identificados ao longo do processo foram essenciais para validar o que foi feito e ajudar a impulsionar os próximos passos.



O método não ensina a cozinhar melhor — ensina a manter o fogo aceso mesmo quando faltam ingredientes.



“É muito importante que capacitemos nossos parlamentares. Foi isso que vimos aqui. Conseguimos reforçar nosso papel como articulador da sociedade, como agente resolutivo dos problemas dos cidadãos e cidadãs das nossas cidades. Ganha a democracia, ganha a sociedade com maior capacidade de se ver representada. Como encaminhamento desse projeto, iremos desenvolver uma proposta de instrumento para agilizar o trabalho dos parlamentares participantes, no dia a dia junto à população, como otimizar nossas respostas à sociedade”

Wilson Cidrão
Vereador de Chapecó

21. O RITMO DA POLÍTICA DEFINE O TEMPO DA COZINHA



O tempo legislativo é diferente do tempo técnico: eleições, recessos, votações e agendas imprevisíveis mudam o fogo o tempo todo. Aprendemos que, nesse contexto, planejar não é seguir um cronograma rígido, mas cozinhar no ritmo do relógio político — sabendo quando abaixar o fogo, quando deixar descansar e quando servir rápido antes que a janela se feche.



22. O PAPEL DO LEGISLATIVO

O processo mostrou que existe um abismo entre os modelos pensados para legislativos grandes e bem estruturados e a realidade da maioria das câmaras do nosso contexto — que operam sob restrições, rotinas rígidas e poucos recursos.

Mas foi justamente nesse abismo que surgiram os experimentos mais férteis: momentos em que conseguimos identificar brechas para o aprendizado conjunto, abrindo a cozinha sem perder a relevância.

💡 O que aprendemos?

Parlamento aberto não significa transformar tudo; muitas vezes, é sobre abrir **pequenas janelas no cotidiano institucional**, permitindo que diferentes atores vejam, compreendam e colaborem.



Limite das energias voluntárias

Embora o processo fosse colaborativo, o tempo disponível de vereadores, equipes e parceiros era finito.

Foi preciso aprender a trabalhar com ritmos irregulares, respeitar as pausas inevitáveis e manter a continuidade mesmo entre interrupções.

23. ENTRE O PLANO E O IMPROVISO: GERIR COMO COZINHAR EM FOGO BRANDO

Trabalhar com legislativos locais ensinou que não dá para planejar tudo — mas também não dá para deixar tudo emergir. O tempo político não se encaixa em cronogramas técnicos: agendas mudam, mandatos se renovam, prioridades se invertem.

Confiar apenas no improviso, por sua vez, gera frustração, dispersa energia e enfraquece o aprendizado. Foi preciso aprender a gerir adaptativamente: ajustar o fogo sem deixar a panela esfriar. Na prática, isso significou desenhar rotas flexíveis: definir etapas mínimas, mas manter o modo de execução aberto, permitindo ajustes contínuos e acordando os trade-offs.

💡 O que aprendemos?

No parlamento aberto, o desafio não é escolher entre plano e caos — é aprender a cozinar com o fogo que há.



23. ENTRE O PLANO E O IMPROVISO: GERIR COMO COZINHAR EM FOGO BRANDO

Da Receita de Bolo à Lista de Ingredientes: O Caso ACAMOSC

Na região da ACAMOSC, começamos com o sonho de produzir uma “receita de bolo”: uma proposta completa, um plano com responsáveis, um termo de referência com resultados concretos e acordados.

O tempo de preparação foi subestimado: o esforço de articulação e comunicação pré-oficina foi muito maior do que imaginado. Mas o tempo político não perdoa — trocas de agenda e conflitos de horários apertaram o cronograma.

Duas semanas antes da oficina principal, percebemos que não seria viável chegar a uma receita pronta. Tivemos que reformular o plano: em vez de definir a receita final, voltamos uma etapa e trabalhamos a lista de ingredientes viáveis.

Esse movimento — partir do produto final para mapear o que seria necessário para fazê-lo — foi o verdadeiro experimento adaptativo.

Passar da “receita de bolo” para a “lista de mercado” foi um ajuste realista que preservou vínculos e manteve o fogo aceso.

💡 Aprendizados:

- O tempo de pré-preparo define se o prato chega à mesa.
- Em inovação legislativa, mudar o cardápio a tempo pode salvar o jantar.

23. ENTRE O PLANO E O IMPROVISO: GERIR COMO COZINHAR EM FOGO BRANDO

Retomar o fogo: o desafio de reengajar

💡 O que aprendemos?

Cozinhar é fácil; reaquecer é mais difícil. Toda pausa longa — seja por eleições, trocas de equipe ou cansaço — exigiu um esforço consciente para reativar o fogo. Reengajar não é apenas recomeçar, mas lembrar o sabor anterior, ajustar os ingredientes e reacender a motivação. A continuidade depende menos de planejamento formal e mais de vínculos cultivados: quem lembra o sabor ajuda o grupo a reencontrar o ponto.

Documentar o sabor

💡 O que aprendemos?

Registrar o processo é conservar o sabor do aprendizado. Mais do que anotar atividades, documentar significou capturar o “porquê” das escolhas, as reações do grupo e os ingredientes que funcionaram. Esse registro interpretativo — um verdadeiro diário de sabores — tornou possível aprender mesmo quando a equipe mudava ou o projeto pausava.

Deixar o fogo baixo: cuidar da aprendizagem emocional

💡 O que aprendemos?

Cocriar exige confiança, e confiança não se apressa. Em contextos políticos, errar em público pode ser arriscado. Por isso, foi preciso cozinhar em fogo baixo — criar segurança psicológica para que vereadores e equipes se sentissem à vontade para testar novas ideias. Esse cuidado com o ritmo emocional foi tão importante quanto a metodologia em si.

24. CONCLUSÕES: A RECEITA FINAL

O experimento revelou três ingredientes centrais para cocriar no Legislativo:

- **Aprendizagem relacional** — confiança e reciprocidade.
- **Política adaptativa** — leitura de contexto e flexibilidade.
- **Experimentação prática** — testar em escala pequena, aprender rápido e documentar.

Quando esses ingredientes são misturados no calor da política real, o resultado pode ser um caminho concreto para um parlamento mais aberto, porque é mais aprendente.



ANEXOS

ANEXO 1 - MAPA DE ATORES

O mapa pode incluir fotos, nomes, informações e percepções da equipe sobre cada ator.

FOTO	NOME	INFORMAÇÕES	PERCEPÇÕES	PRIORITÁRIO NAS ENTREVISTAS?
	ANA	<ul style="list-style-type: none"> Vereadora da Cidade da Panela pelo Partido do Trigo; Forte atuação na Educação; Professora; Presidente da Comissão de Educação; 	<ul style="list-style-type: none"> Pauta das mulheres; Vários posts em redes sociais sobre educação; Se destaca no colegiado e atua junto com a Ver. Clara 	SIM
	CLARA	<ul style="list-style-type: none"> Vereadora da Cidade da Panela pelo Partido Fermento; Projetos de lei voltados para a defesa das mulheres; Possui projeto arquivado sobre Transparéncia Pública; 	<ul style="list-style-type: none"> Destaque na política da cidade; Ganhou esse destaque quando foi oposição; Aberta a ajudar e a se envolver; 	NÃO
	MARCOS	<ul style="list-style-type: none"> Vereador pela Cidade da Colher pelo Partido do Açúcar; Atuou em diversas áreas como assistência social e educação; Diretor Escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> Possui relação com vereadores das cidades vizinhas; Ativo nas redes sociais; Interessado na questão da educação; 	SIM

Além disso, o mapa vai alterando-se conforme o desenvolvimento do projeto.



ANEXOS

ANEXO 2 - EXEMPLO DE PAUTA PARA ENTREVISTAS

Questionário para definir problemas prioritários	Informante	
<p>Priorizar as perguntas em Preto. Completar informações das perguntas em cinza, se tiver posses decorrentes das em preto.</p> <p>Que dores você tem que a Câmara do seu município não consegue resolver sozinha?</p>	<p>http://www.udec.br/iesg/governaberto-camaraemunicipios</p>	
<p>Seria factível fazer um esforço para alguma dessas dores nos próximos 6 meses, inclusive tendo em vista a eleição a diante? Se não, há alguma dor que seria?</p>	<p>Se você tivesse que resolver essa dor, que passos simples tomaria para avançar no enfrentamento do problema?</p>	
<p>Quem tem capacidade de influenciar, dificultar a mudança Quem é afetado por essa dor? Tem influência?</p>		
<p>Existem pessoas de diferentes partidos políticos interessadas em resolver essa dor?</p>	<p>Existem pessoas de fora da política partidária interessadas em resolver essa dor?</p>	<p>Alguém já está fazendo alguma coisa sobre essa dor?</p>
<p>Quais os principais pontos de falta de acordo / obstáculos?</p>	<p>Outros pontos sobre o contexto</p>	<p>Outros pontos sobre o problema</p>

act:delivery

BIBLIOGRAFIA

ANDREWS, M., PRICHETT, L., & WOOLCOCK, M. *Building State Capability: Evidence, Analysis, Action*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. *Guia de Facilitadores: Design Thinking e Design Sprint no Serviço Público*. Brasília, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4501/1/Guia%20de%20Facilitadores%20-%20Design%20Thinking%20e%20Design%20Sprint%20no%20Setor%20P%C3%BAblico.pdf>

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. *Kit de Ferramentas Design Thinking Aplicado ao Serviço Público*. Brasília, 2017. Disponível em:
<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3138>

GORDON, R.; HASSON, V. *Leadership for Inclusion: What skills and qualities do parliamentarians need to be able to promote inclusive change?*. Westminster Foundation for Democracy. London, 2021. Disponível em: https://www.wfd.org/sites/default/files/2022-01/WFD_Leadership-for-inclusion_2021.pdf

HARRIS, D. *Applied political economy analysis: a problem-driven framework*. ODI Global. London, 2013. Disponível em: <https://odi.org/en/publications/applied-political-economy-analysis-a-problem-driven-framework/>

HARVARD, Kennedy School. *PDIA toolkit: a DIY approach to solving complex problems*. Cambridge, 2018. Disponível em: https://bpb-us-e1.wpmucdn.com/websites.harvard.edu/dist/c/104/files/2024/02/20181017-PDIAtoolkit_Version-1.2_FINAL-45a79cfe41395b59.pdf

IDEA. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. *Parliament as a Space and Place*. Strömsborg, 2025. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/2025-08/parliament-as-a-space-and-place.pdf>

IDEA. International Institute for Democracy and Electoral Assistance. *Principles of Parliamentary Public Engagement*. Strömsborg, 2025. Disponível em:
<https://www.idea.int/sites/default/files/2025-06/principles-of-parliamentary-public-engagement.pdf>

IDEO.ORG. *The Field Guide to Human-Centered Design*. Canada, 2015. Disponível em:
https://design-kit-production.s3.us-west-1.amazonaws.com/Field_Guides/Field+Guide+to+Human-Centered+Design_IDEOorg_English.pdf?utf8=%E2%9C%93&method=patch&authenticity_token=QZRbnzBBPY3M%2FCd3xeDx424iAXgVkgcTAi74f6cW4pU%3D&resource%5Btitle%5D=&resource%5Bsubtitle%5D=&resource%5Bauthor%5D=&resource%5Babout%5D=

BIBLIOGRAFIA

NDI. National Democratic Institute for International Affairs. Guidebook for Implementing Legislative Programs. Washington, DC, 2000. Disponível em: https://www.ndi.org/sites/default/files/22_gov_legisprghbk00.pdf.

NESTA. The collective intelligence design playbook. London, s.d. Disponível em: https://media.nesta.org.uk/documents/Nesta_Playbook_001_Web.pdf

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. Innovative Citizen Participation and New Democratic Institutions: Catching the Deliberative Wave. Paris, 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/innovative-citizen-participation-and-new-democratic-institutions_339306da-en.html.

OGP. Open Government Partnership. Participation and Co-Creation Standards. Washington, 2021. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2021/12/OGP-Participation-and-Co-Creation-Standards_24November2021.pdf

OPEN. Open Parliament e-Network. Resources. Disponível em: [O experimento revelou três ingredientes centrais para cocriar no Legislativo:](#)

RUMBUL, R.; KEUTGEN, J. Connected Parliaments: harnessing digital dividends to increase transparency and citizen engagement. Westminster Foundation for Democracy. London, 2020. Disponível em: <https://www.wfd.org/sites/default/files/2022-06/wfd-connected-parliaments.pdf>

SCHOMMER, P. C., RAUPP, F.M., SALM JR, J.F., GUERZOVICH, F. PEREIRA, R. S; ARAÚJO, V.M. Abertura de dados em compras e contratações públicas como um processo tecnopolítico e ontológico. Blog Gestão Política & Sociedade, Estadão, 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/abertura-de-dados-em-compras-e-contratacoes-publicas-como-um-processo-tecnopolitico-e-ontologico/?srltid=AfmBOoog78LDtKy8Mq_Y0VjCDZyvcfJYKMcwF_qdvJKjVe7YWPI4mvhI

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Padronização de Dados Abertos em Contratações Públicas. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/projetodadosabertos>

UNDP. United Nations Development Programme. System Change: a guidebook for adopting portfolio approaches. Bangkok, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-03/UNDP-RBAP-System-Change-A-Guidebook-for-Adopting-Portfolio-Approaches-2022.pdf>



Parlamento Aberto

Cozinhando Juntos: Metodologia de Coprodução Legislativa



Realização



Apoio:

